

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Governo marca leilão do pré-sal para setembro](#) 5

Folha de S. Paulo

[Título: Governo quer limitar desconto na conta de luz das famílias pobres](#) 9

Correio Braziliense

[Título: Mais leilão do pré-sal](#) 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Alento ao setor naval 2

Título: Estaleiros afirmam que não é possível competir com chineses 4

Título: Governo marca leilão do pré-sal para setembro 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 6

Título: Cotas de aço 6

Título: Brasil é aposta número um do mercado mundial de energia elétrica 7

Título: Governo quer limitar desconto na conta de luz das famílias pobres 9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 11

Título: Admirada no mercado, Ultrapar surpreende e cai 13% na semana 11

Título: Na Eletrobrás, Presidente Tenta Subir Seu Salário 12

Título: Temer critica cotas dos EUA para venda de aço 14

Título: Engie vira a única na disputa por gasoduto 15

Título: Pobre Brasil 16

VEÍCULO: Correio Braziliense 18

Título: Mais leilão do pré-sal 18

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Alento ao setor naval**

Petrobras planeja voltar a encomendar plataformas. Desde 2014, 20 estaleiros fecharam as portas

A Petrobras planeja ir às compras. Com a melhora de condições financeiras e a redução do endividamento (atualmente em R\$ 361,5 bilhões), a estatal quer voltar a ter plataformas próprias e não mais alugar (afretar), como tem feito nos últimos seis anos. A petroleira começou a mapear a situação dos estaleiros brasileiros, que vivem hoje uma grave crise. O objetivo é programar encomendas de unidades necessárias para produção de petróleo a partir de 2022, informou ao GLOBO o diretor de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia da Petrobras, Hugo Repsold.

Ainda não há definição sobre o número de embarcações que a estatal pretende adquirir, mas a construção total ou parcial das unidades no país deve ter impacto na economia e na indústria naval. Nas estimativas do mercado, o custo de um navio-plataforma (FPSO, na sigla em inglês) com capacidade de produção de 150 mil barris por dia é de US\$ 1,5 bilhão no mercado internacional.

"É UMA INDÚSTRIA QUE NÃO SE SUSTENTA"

Para a indústria naval, pode ser um sinal de alento. No início de 2010, o setor comemorava a retomada das encomendas de plataformas e navios da Petrobras, mas, desde 2015, afundou numa crise após o corte de projetos da estatal, reflexo do escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato — com investigações que atingiram os controladores de diversos estaleiros nacionais. Segundo o Sinaval, que reúne as empresas do setor, de 2014 para cá ao menos 20 estaleiros fecharam as portas, levando junto 50 mil empregos. Atualmente, estão em operação apenas 32 estaleiros, contra os 52 que existiam em 2014. A indústria emprega hoje 30 mil trabalhadores. Já chegou a ter 82 mil.

— Estamos fazendo uma avaliação do setor para poder retomar as conversas com as empresas e para que elas tenham oportunidade de se reerguer financeiramente e possam participar do processo. Muitos estaleiros são excelentes, com hardware de primeira linha, basta trabalhar na engenharia, na capacitação de gestão para que possam ter os mesmos resultados que a indústria naval tem em outros países — destaca Repsold, que considera

estratégico para a empresa contar com um mix de plataformas próprias e afretadas. — Não estávamos tendo unidades próprias por uma questão financeira, estamos reduzindo o endividamento. Nossa meta é desalavancar (reduzir a dívida) da companhia, ter um bom fluxo de caixa ano que vem e, então, vamos voltar a fazer unidades próprias.

Um dos fatores-chave para que o negócio saia do papel é a competitividade. Enquanto ainda vigoravam regras com percentuais mais elevados de conteúdo nacional, a Petrobras recorreu à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para ser liberada da obrigação, alegando que a diferença de preço chegava a 40% para o projeto de Libra. A discussão colocou a estatal e a indústria em lados opostos. Posteriormente, o governo flexibilizou as regras. O diretor da Petrobras garante que, ao contrário do que ocorreu no passado, a estatal não pagará um preço maior em relação à cotação internacional.

— A Petrobras não vai arcar com ineficiência ou pagar uma diferença para compensar ineficiência ou dificuldade que exista neste setor no país. A indústria tem de atingir um grau de competitividade para disputar em igualdade de condições com outros países — disse Repsold, acrescentando que há um debate com governos, empresas e órgãos do setor para discutir quais melhorias podem ser feitas em âmbito tributário, de infraestrutura e trabalhista para viabilizar uma retomada da indústria naval.

Apesar dos esforços, especialistas têm dúvidas se os estaleiros nacionais, de fato, terão condições de construir plataformas a preços competitivos e advertem que a Petrobras terá mais dificuldade de arcar com preços acima dos praticados no mercado internacional, agora que atua em parceria na maioria dos projetos do pré-sal. As empresas parceiras não aceitariam o sobrepreço.

Fernanda Delgado, pesquisadora da FGV Energia, que participou nesta semana da Offshores Technology Conference (OTC), em Houston, o maior evento de petróleo do mundo, avalia que o setor está de olho nas oportunidades da indústria petrolífera no Brasil, apesar das dúvidas em relação às eleições. Mas esse otimismo não se estende ao setor naval:

— É um setor que já quebrou três vezes (nas décadas de 1970, 1980 e nos anos 2000) e que sempre dependeu do governo e das encomendas da Petrobras. A gente não tem como competir, não tem escala, tem uma eficiência muito baixa e um custo muito alto. É uma indústria que não se sustenta sozinha.

A alternativa, para Fernanda, seria a indústria se concentrar em equipamentos nos quais se mostrou mais competitiva, como os módulos instalados em cima do casco do navio.

— Por que insistir num setor que não é bem-sucedido? Construir plataformas no Brasil será melhor para o país? Não devemos pagar a mais pela curva de aprendizado. Não dá para cometer os mesmos erros de novo — critica.

NESTE ANO, 7 PLATAFORMAS COMEÇAM A OPERAR

Até o fim deste ano, a Petrobras colocará em operação sete novas plataformas de produção de petróleo. Deste total, seis são próprias e tinham sido encomendadas em 2012. Todas vão para o pré-sal na Bacia de Santos: três delas ficarão no Campo de Búzios e outras três vão para o Campo de Lula. As unidades foram concluídas no exterior, principalmente a fabricação do casco, por causa dos problemas enfrentados pelos estaleiros nacionais. A sétima plataforma é afretada (FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes) e ficará no pós-sal da Bacia de Campos. A entrada em operação é gradual. Com estas e outras unidades programadas para os próximos anos, a Petrobras prevê aumentar a produção nacional dos atuais 2 milhões de barris por dia para 2,9 milhões de barris diários em 2022.

Já estão em andamento licitações para a contratação de cinco novas unidades previstas para 2021. Repsold não informou qual será o índice de conteúdo local de cada uma delas, mas uma parte dos equipamentos das plataformas, que envolvem recursos de US\$ 7,6 bilhões, poderá ser feita no país.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Estaleiros afirmam que não é possível competir com chineses

Setor cobra igualdade de condições, principalmente tributárias

As empresas do setor naval garantem ter condições de suprir a demanda futura da Petrobras. Segundo Sérgio Bacci, vice-presidente do Sinaval, que reúne os estaleiros, a indústria nacional tem condições de competir em preços e prazos com concorrentes, desde que seja dada igualdade de condições, principalmente na área tributária. Mesmo assim, reconhece que não é possível se equiparar aos chineses.

— Nenhum estaleiro, brasileiro, italiano, norueguês, consegue praticar o preço da China. A forma como a mão de obra e os impostos são pagos são diferentes, eles não têm o nosso custo. Se considerarmos quanto pagamos de imposto e mão de obra aqui, somos competitivos — disse Bacci, acrescentando que ao menos dez estaleiros têm capacidade de construir navios-plataforma.

Para evitar o fechamento, os estaleiros têm buscado diversificar atividades. Eles estão se preparando para participar da licitação da Marinha para construção de quatro corvetas (navios de guerra). As unidades serão construídas no país, e estaleiros estrangeiros conversam com a indústria local em busca de parcerias. Nesta semana, esteve no Brasil o Goa Shipyard da Índia.

— Estamos trabalhando para que a indústria não morra. Se nada for feito, em 2020 não teremos mais indústria naval — disse Bacci.

EM BUSCA DE SÓCIOS E CLIENTES

O estaleiro Enseada Indústria Naval, em Paraguaçu, interior da Bahia, reflete o quadro do setor. Construído no início da década para fabricar seis sondas encomendadas pela Sete Brasil (que está em recuperação judicial), tem 80% das obras prontas. O estaleiro está em recuperação extrajudicial, com dívidas de R\$ 2,6 bilhões e busca encomendas, inclusive fora do setor de óleo e gás para se reerguer.

O presidente do Enseada, Fernando Barbosa, afirma que a única adaptação para construção de plataformas seria a construção de um dique seco para fabricação do casco, o que não seria problema. Hoje, trabalham 80 empregados para manutenção de instalações. O Enseada tem como sócios Odebrecht e OAS e busca novos parceiros para prosseguir suas atividades. A japonesa Kawasaki, parceira tecnológica, vai sair do empreendimento até o fim do primeiro semestre.

— Está se criando um ambiente que vai atrair novos operadores que vão procurar o Brasil para prestar serviços. Estou otimista — disse Barbosa.

O Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Pernambuco, também construiria sondas para a Sete Brasil. Ele negocia com o governo a suspensão temporária de contratos de trabalho para evitar demissões entre os 3.700 trabalhadores. Segundo Harro Burmann, presidente do EAS, o estaleiro vai concluir até maio de 2019 cinco navios petroleiros da Transpetro, que estão com o cronograma em dia. Ele não está otimista com as novas encomendas da Petrobras: — Com a China não tem competição, com os custos que têm em mão de obra e aço. Sem condições iguais, não acredito em encomendas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Governo marca leilão do pré-sal para setembro

Brasília- O Conselho Nacional de Política Energética (CN-PE) propôs, em reunião extraordinária ontem, a realização da 5ª Rodada de Partilha de Produção do pré-sal no dia 28 de setembro. Os dois blocos que tinham sido retirados da 15ª Rodada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) foram incorporados ao certame.

Serão ofertados os blocos denominados Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, localizados nas bacias de Campos e Santos, no Polígono do pré-sal e em área declarada estratégica.

Segundo o **Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco**, os problemas apontados pelo TCU foram solucionados. Na véspera da 15ª Rodada, o órgão retirou da licitação os dois blocos com maior expectativa de bônus de assinatura, alegando que seria mais vantajoso leiloá-los no pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Cotas de aço

Diante da insensata ofensiva protecionista de Trump e sem maiores opções de reação, Brasil é forçado a aceitar limites para a venda da produção siderúrgica

Com a decisão do governo americano de suspender as negociações, o Brasil teve de escolher entre duas alternativas ruins —ou aceitava limitar as vendas de aço para os Estados Unidos, escapando de tarifas adicionais, ou ficaria sujeito a uma sobretaxa de 25% sobre todo o volume exportado.

Entre as duas, a menos nociva do ponto de vista da indústria era submeter-se às cotas, que resultarão em queda de 12% das exportações em relação ao total de 2017, para 4,1 milhões de toneladas anuais.

No caso do aço semiacabado, que representa 85% das vendas brasileiras, haverá limitação em 3,5 milhões de toneladas, 7,4% a menos que o verificado no ano passado.

Aqui, o impacto pode até ser considerado modesto. Como não há grande competição entre a indústria brasileira e a americana nesse segmento — principal argumento utilizado pelo Itamaraty —, a agressividade do governo Donald Trump acabou mais contida.

O estrago maior se dará nas vendas de aço acabado, que sofreram um redutor de 30% sobre a média do último triênio. Dependendo do produto (planos, longos, tubos ou aços especiais), a queda pode chegar a 60%. Nessa fatia do mercado, estabeleceu-se o limite de 496 mil toneladas daqui para a frente.

De todo modo, as perdas para o Brasil são relevantes. As exportações de aço chegaram a US\$ 2,6 bilhões no ano passado, 3% da pauta nacional, e os EUA responderam por 44% das compras do produto. Com abaixo ocupação da capacidade instalada local, em torno de 76%, as siderúrgicas devem sofrer. Contestar as sanções na Organização Mundial do Comércio (OMC) é visto como contraproducente, pois levaria à imposição imediata das sobretaxas, com prejuízos maiores no curto prazo.

A busca por outros parceiros tampouco será fácil, já que o mercado mundial sofre de excesso de capacidade devido aos investimentos da China nas últimas duas décadas.

Para Trump e sua equipe de assessores protecionistas, os preços baixos causados pela fartura da oferta estariam destruindo a produção do país — ameaçando, como se alega de modo quase caricato, a segurança nacional.

Os americanos tiveram mais cuidado com aliados estratégicos, como Canadá e Europa —que continuam preservados por ora, em meio a negociações. Não se descarta que a isenção de cotas e sobretaxas para eles possa ser definitiva.

Fato é que a ofensiva, se ampliada, resultará em perturbação considerável do comércio global, com potencial efeito negativo sobre o crescimento econômico. O governo Trump vai repetindo, em grande escala, o erro tantas vezes cometido pelo Brasil. O desconhecimento dos benefícios do livre comércio só leva a ineficiência e prejuízo aos consumidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Brasil é aposta número um do mercado mundial de energia elétrica

Entrevista : Isabelle Kocher

Ativos da Eletrobrás e da Petrobras estão no foco da presidente global da francesa Engie, a empresa privada que mais gera energia no Brasil

Rio de Janeiro- Principal geradora privada de energia no Brasil, a francesa Engie iniciou há dois anos uma guinada global rumo a um perfil com menos emissões de gases poluentes. Vendeu ativos como usinas a carvão e decidiu focar em renováveis e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Parte dos recursos foram gastos com a compra de duas usinas hidrelétricas que eram da Cemig por R\$ 3,3 bilhões. E não deve parar por aí: o país, diz a presidente global do grupo, Isabelle Kocher, é o "número um" da companhia em projeções de crescimento.

A empresa disputa a rede de gasodutos das regiões Norte e Nordeste, colocada à venda pela Petrobras, e observa o plano de venda de ativos da Eletrobrás.

Para o futuro, a aposta é que as novas tecnologias vão permitir que cada vez mais pessoas e empresas gerem sua própria energia.

Kocher lidera uma equipe que tem mulheres também no comando das áreas financeira e de comunicações e defende maior diversidade no mundo empresarial. "É essencial para uma organização espelhar a sociedade na qual ela está inserida", afirma.

Neste momento, Eletrobrás e Petrobras têm ativos à venda. São oportunidades para o crescimento das operações brasileiras da Engie?

Sim. As usinas da Cemig foram o primeiro passo. E vamos continuar a desenvolver projetos em renováveis, como hidrelétricas, eólica e solar no país. Para a Engie, O Brasil é o terceiro país em termos de tamanho, atrás da França e da Bélgica, mas é o número um em termos de projeções. Nossa ambição é continuar desenvolvendo nossa posição.

Vocês fizeram uma proposta pelos gasodutos da Petrobras?

Sim. Não posso dar detalhes porque estamos no meio do processo, mas espero que em alguns meses possamos ser mais específicos. Gás é uma parte importante do futuro da energia, como substituto de combustíveis mais poluentes. O Brasil é o celeiro do setor de agricultura e tem um grande potencial em termos de biomassa e biogás.

Sua gestão começou com uma proposta de reduzir as emissões de carbono na companhia. Até onde se pode chegar?

As novas tecnologias no campo da energia—que costumo descrever como 3ds: descarbonização, descentralização e digitalização—podem realmente mudar a vida das pessoas, garantindo o acesso em qualquer lugar do mundo de forma barata e mais rápida. Decidimos vender 15 bilhões de euros em ativos para reinvestir em renováveis e novas tecnologias. Às vezes as pessoas perguntam: "ok, vocês querem ser um grupo com um alto grau de responsabilidade social, mas qual o custo disto?" Ganhamos lucratividade e conseguimos pagar mais dividendos.

No Brasil, o crescimento das fontes renováveis está concentrado em grandes usinas. Como desenvolver a energia distribuída em um país de baixa renda, onde as pessoas têm restrições para investir?

Hoje é possível equipar residências com sistemas solares eficientes do ponto de vista econômico. No Brasil, considerando o nível de radiação, o investimento é pago em cinco ou seis anos, o que não é muito. Em outros países, podem ser sete ou oito anos. Mas, ainda assim, muitas pessoas não podem pagar. Queremos promover isso como serviço, no qual as pessoas não precisam investir, mas sim pagar uma taxa mensal para ter a instalação. Em muitos países, isso já é feito.

Esse segmento pode um dia ser tão importante quanto os grandes empreendimentos de geração?

Sim. Nossa meta é nos tornarmos uma grande provedora de soluções. Se somos capazes de financiar barragens ou grandes infraestruturas, também somos capazes de financiar soluções locais e distribuída sem grandes prédios, aeroportos ou hospitais.

O futuro da energia será mais individualizado?

Há uma tendência para isso. Primeiro, porque as novas tecnologias são muito eficientes e flexíveis e podem ser implementadas em grande escala e também localmente. Além disso, as pessoas querem tirar valor de seu próprio potencial. Se você tem um telhado, você vai querer tirar valor dele. A Engie tem muitas mulheres em posições-chave, o que ainda não é muito usual.

Como esse exemplo pode ser disseminado?

É essencial para uma organização espelhar a sociedade em que ela está inserida. Do contrário, você tem menos chances de estar certo em suas escolhas. Diversidade, não apenas de gênero, mas cultural, de formação, de idade... Eu realmente tento promover isso internamente, e progressivamente nós vamos ampliando o nível de diversidade. Já avançamos em diversidade de gênero, o que já é um passo. Mas deveríamos chegar à paridade, para sermos um reflexo da sociedade. É apenas o começo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata e Nicola Pamplona

Título: Governo quer limitar desconto na conta de luz das famílias pobres

Proposta, em consulta pública, faz parte de pacote para reduzir os subsídios no setor, que somaram R\$ 15 bi em 2017

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO- O governo federal quer limitar a tarifa social de energia elétrica, que dá descontos na conta de luz das famílias de baixa renda do país.

A proposta faz parte de um pacote para reduzir os subsídios incluídos na tarifa dos consumidores de energia —que são cobrados por meio da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). As medidas estão em uma consulta pública aberta na sexta (4) pelo Ministério de Minas e Energia. As propostas serão recebidas até 23 de abril. Os subsídios, porém, não se restringem às famílias pobres.

Há também descontos para a compra de carvão mineral, (usado em usinas termelétricas), para produtores rurais, companhias de água e esgoto, indústrias de energias renováveis, para a compra de combustível de usinas na região Norte, entre outros. A conta consumiu R\$ 14,9 bilhões no ano passado, em valores ainda estimados.

A ideia é que todos sofram cortes, mas ainda não está claro qual será a redução para todos esses segmentos. No caso dos subsídios à compra de carvão, por exemplo, a proposta não prevê nenhuma alteração. Em relação aos benefícios dados à indústria de energia renovável e aos produtores rurais, ainda não há uma sugestão —as propostas serão colhidas na consulta pública, da qual deverão participar os setores beneficiados.

Em relação às famílias de baixa renda, o governo já calculou qual deverá ser a redução: R\$ 800 milhões por ano. Em 2017, foram quase R\$ 2,5 bilhões de desconto a famílias pobres. A ideia é limitar o benefício às famílias inscritas no programa Bolsa Família, restringindo o número de beneficiários a 65% do atual, e instituir um teto de desconto de R\$ 22 por mês.

Neste ano, o orçamento para a CDE é de R\$ 18,8 bilhões —valor 17,8% maior que o do ano passado. Os gastos crescentes com a conta preocupam o setor.

"Houve uma série de penduricalhos que foram se aderindo à conta de luz e hoje ainda há dezenas de projetos de lei criando subsídios adicionais. Esses encargos afetam mais as classes de menor renda, porque é para elas que a conta de luz pesa mais no orçamento mensal", afirma Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil.

Para Joísa Dutra, professora FGV e ex-diretora da Aneel (órgão regulador do setor elétrico), é imperativo que o processo de revisão da CDE dê mais transparência à conta.

"Esse processo deveria passar por uma simplificação dos encargos. Hoje, é difícil acompanhar o que está incluso na conta de luz do consumidor." A conta foi criada em 2002, com três objetivos: promover fontes renováveis; fazer o desenvolvimento energético de estados; e universalizar a energia no país. Desde então, os subsídios se ampliaram a nove tipos.

O item que mais pesa hoje é a CCC (Conta de Consumo de Combustível), usada para subsidiar os custos de geração em regiões isoladas do país. Ainda não há proposta definida para limitar esse gasto. O governo fala ainda em estabelecer uma fórmula que limite o orçamento da CDE ao gasto do ano anterior.

O relatório também levanta a possibilidade de repassar gradualmente os subsídios ao orçamento da União, alegando que foram criados para custear políticas públicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Karin Sato

Título: Admirada no mercado, Ultrapar surpreende e cai 13% na semana

Broadcast - de olho nas ações

Conhecida pela excelência de execução da empresa, a ação da Ultrapar, que há anos marca presença nas carteiras de diversos fundos de investimentos, caiu 13% na semana. Apenas no pregão seguinte à divulgação do balanço do primeiro trimestre do ano, o papel amargou perda de 10%. Gestores admiradores da companhia questionaram o que teria acontecido com a dona dos postos Ipiranga.

A coluna perguntou a analistas se a reação do mercado teria sido exagerada. A equipe do Santander disse acreditar que não. "Os resultados decepcionaram os investidores tanto em termos de Ebitda, que ficou 10% abaixo das nossas expectativas, como de lucro líquido, 36% abaixo dos nossos números. Além da divisão de distribuição de combustíveis (Ipiranga), que apresentou resultados mais fracos do que o usual, com queda de rentabilidade, as outras divisões da empresa também divulgaram números aquém do seu potencial, o que levantou uma bandeira amarela sobre a capacidade de crescimento de lucro da companhia", responderam os analistas do Santander.

Eles lembraram que a Ultrapar sempre negociou a múltiplos altos - acima de 20 vezes o preço/lucro, que indica quantos anos o investidor levaria para recuperar a aplicação, nos últimos cinco anos. Isso significa que o papel não estaria barato,

de forma que viram com naturalidade o declínio. Para a Coinvalores, a queda da ação da Ultrapar refletiu o temor dos investidores com o desempenho da companhia no curto prazo, pois, além de os números do primeiro trimestre terem decepcionado, não houve indícios claros de que haverá uma recuperação nos próximos períodos.

O time da XP escreveu que o recuo ocorreu por causa das expectativas quanto ao desempenho futuro da companhia. "Apesar de ser uma empresa vista como possuidora de uma execução de primeira linha, líder no setor, há questões a respeito de concorrência e da recuperação de volumes", disseram.

A Lerosa Investimentos concordou que a reação não foi exagerada, uma vez que, além do resultado abaixo do esperado, também foram anunciadas mudanças relevantes na diretoria que causaram insegurança - André Covre deixará o cargo de diretor superintendente da Extrafarma, bem como o presidente do conselho de administração, Paulo Cunha, apresentou carta de renúncia como membro do colegiado.

"Não acredito que o grupo deixou de ser queridinho pelo mercado, mas também deixou de ser uma aposta óbvia e certa dentro do ibovespa. A esperança para a companhia, como ressaltado na teleconferência com analistas, é de que este primeiro trimestre tenha sido um ponto fora da curva", lembrou o analista da Lerosa, Vitor Suzaki.

No setor de distribuição de combustíveis, Suzaki acredita que a BR Distribuidora, controlada pela Petrobrás, seja a empresa com maior potencial de valorização, considerando a expectativa de lucro maior e ganhos de margens.

A preferência da equipe do Santander também é BR Distribuidora, que reúne a melhor combinação de preço atraente, balanço saudável e bons dividendos, segundo eles.

Já a top pick no setor da Coinvalores é a Cosan, que deve apresentar bom resultado neste início de ano, com ganho de participação de mercado e melhora no mix de vendas. "Além disso, a aquisição a preço atrativo do negócio de distribuição de combustíveis - incluindo uma refinaria - na Argentina, anunciada recentemente, traz boas perspectivas de expansão no médio prazo", acrescentaram os analistas da Coinvalores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / Rio

Título: Na Eletrobrás, Presidente Tenta Subir Seu Salário

Pleito de Ferreira de elevar seu ordenado de de R\$ 52,3 mil para R\$ 76,6 mil foi rejeitado

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., que está à frente do processo de privatização da estatal, solicitou um aumento do próprio salário em 46,4%, no momento em que corta custos da estatal para deixá-la mais atraente para ser vendida. O pleito, feito em documento ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, depois confirmado pela empresa, foi enviado em 14 de março à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Além do aumento do presidente, o pedido incluía, em porcentagens um pouco menores, o aumento da remuneração dos presidentes das subsidiárias- incluindo distribuidoras que estão na lista de venda - e de diretores e representantes dos conselhos fiscal e de administração.

A Eletrobrás confirmou que enviou documento à Sest com o pedido, mas disse que ele não foi aceito. "Apesar do pleito das empresas Eletrobrás, o ministério se manifestou à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Eletrobrás pela manutenção dos mesmos valores aprovados no período 2017-2018, não concedendo, portanto, o reajuste. A mesma orientação foi seguida nas assembleias de cada uma das empresas controladas", disse a Eletrobrás.

Ferreira Jr. propôs elevar o atual salário mensal de R\$ 52,3 mil para R\$ 76,6 mil. O de presidentes de subsidiárias, como Eletronorte, Furnas e Chesf, subiria para R\$ 64,2 mil, ante R\$ 39,6 mil no caso da Eletronorte e R\$ 44,1 mil nas outras duas companhias. Os presidentes das distribuidoras que estão para ser privatizadas também teriam salários ajustados, de R\$ 24 mil a R\$ 25 mil para R\$ 47,4 mil. Os salários dos diretores são em média 5% menores do

que a remuneração dos presidentes, informa o documento enviado à Sest.

"É importante registrar que a eventual privatização das distribuidoras da Eletrobrás faz com que os patamares remuneratórios passem a ser definidos pelos futuros controladores", ressaltou Ferreira Jr. no pedido.

O executivo afirma que os salários dos executivos da estatal "são significativamente inferiores à grande parte das companhias que operam no mercado de capitais no Brasil". "Nossas empresas possuem uma remuneração dos dirigentes significativamente inferior à média dos honorários de empresas como Petrobrás, BR Distribuidora, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal", informa no documento, ressaltando que os novos valores propostos foram simulados tendo como base os aumentos concedidos à diretoria do BNDES, também realizados "para manter a atratividade do cargo".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renan Truffí / Brasília****Título: Temer critica cotas dos EUA para venda de aço**

Mesmo assim, presidente admitiu que há uma tendência a aceitar a imposição dos americanos

O presidente Michel Temer criticou ontem a decisão dos Estados Unidos de sobretaxar o aço e o alumínio brasileiro, se o País não aceitar as cotas para exportações. Em entrevista à NBR, ele afirmou que a decisão não foi "útil" e deixou em aberto a possibilidade do Brasil recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC). O presidente admitiu, no entanto, as chances de aceitar as cotas impostas pelos norte-americanos.

"Nós exportamos muito aço inacabado. Há uma tendência de aceitar as chamadas cotas que os Estados Unidos estão pleiteando (para o aço brasileiro). Isso ainda está em estudo. O mesmo vale para o alumínio", afirmou. "Não sei se vamos levar isso para a OMC ou não, mas por enquanto produtores não querem perder essas exportações. Não foi útil essa decisão norte-americana, tanto que foi adiada. Quem sabe (essa decisão) seja adiada até o final do mês e nós possamos negociar melhores condições", disse.

Petrobrás. Temer também comentou sobre os preços praticados pela Petrobrás, ao ser questionado sobre a imagem da estatal em seu governo. Ele disse que a empresa melhorou financeiramente na gestão de Pedro Parente por conta da equiparação dos preços com o mercado internacional.

"A Petrobrás era praticamente um palavrão cerca de dois anos atrás. Com isso as ações caíram. Com o Pedro Parente, a Petrobrás logo se recuperou. Parente me disse que o melhor seria acompanharmos a política de preços internacionais e é isso que temos feito. Isso dá muita credibilidade e vai continuar", disse. Sobre os elevados preços de combustível, Temer respondeu que, "lamentavelmente", a tendência é que se continue assim.

Sobre a reforma da Previdência, o presidente não descartou que o tema possa voltar à pauta legislativa após as eleições. Disse que, ainda assim, a tendência é que as alterações ocorram no próximo governo. "Sem eleições pela frente, isso facilita a aprovação da reforma."

Adriana Fernandes

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira e Mônica Scaramuzzo****Título: Engie vira a única na disputa por gasoduto**

Empresa de energia francesa ganhou exclusividade da Petrobrás na negociação de uma fatia de 90% de gasoduto avaliada em US\$ 8 bi

A francesa Engie foi a escolhida pela Petrobrás para ter exclusividade nas negociações de compra de 90% do gasoduto Transportadora Associada de Gás (TAG). As duas empresas têm até 31 de maio para chegar a um acordo sobre as bases do negócio, de US\$ 8 bilhões. Caso não consigam entrar em consenso, os outros interessados voltam ao páreo com a oportunidade de fazer novas propostas, dizem fontes.

Na primeira fase das negociações, além da Engie, o ativo da Petrobrás era disputado pelo fundo Mubadala, de Abu Dabi, e pelo consórcio formado entre o banco australiano Macquarie e Itaúsa, braço de investimento da família Setubal, sócia do Itaú. O gasoduto também foi sondado pelo fundo Pátria, mas a gestora brasileira, que tem parceria com o fundo americano Blackstone, desistiu por causa do elevado desembolso, segundo fontes.

A venda da TAG é considerada estratégica para a Petrobrás, que está em processo de desinvestimento de ativos para fazer caixa e honrar os compromissos. Se concretizada, a transação será a maior já realizada pela estatal. Em setembro de 2016, a petroleira vendeu 90% do gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS), sendo 82,35% para a gestora canadense Brookfield e 7,65% para o Itaúsa. A estatal levantou US\$ 4,2 bilhões com esse negócio.

A TAG é uma companhia que atua no setor de transporte de gás natural, detendo atualmente autorizações de longo prazo para operar e administrar um sistema de gasodutos de cerca de 4,5 mil quilômetros (km) de extensão, localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Procurada, a Engie não quis se pronunciar e afirmou apenas que acompanha a evolução da cadeia de valor do gás no Brasil e está avaliando oportunidades de negócios. A presidente global da companhia Isabelle Kocher tem confirmado no exterior o interesse da empresa no ativo. O negócio tem cláusulas de confidencialidade, que proíbem as partes de se pronunciar. A Petrobrás não comentou o assunto.

Vendas. Desde que assumiu a presidência da Petrobrás, em maio de 2016, o executivo Pedro Parente tem acelerado o processo de venda de negócios

considerados não estratégicos para a estatal. O desafio da empresa é alcançar até o fim deste ano US\$ 21 bilhões com a venda dos negócios.

No ano passado, a companhia levantou US\$ 4,5 bilhões com o plano de desinvestimento, sendo US\$ 4 bilhões em dezembro. Além de vender uma fatia de 25% do campo de Roncador, a estatal concluiu o processo de abertura de capital da BR Distribuidora, que reforçou o caixa em R\$ 5 bilhões, e vendeu o campo de Azulão, na Bacia do Amazonas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Pobre Brasil

As discussões que estão sendo travadas no Congresso Nacional sobre a privatização da Eletrobrás mostram como a grande maioria dos nossos políticos não entendeu ou não quer entender a necessidade de modernizar o País, implantando um novo modelo econômico com o Estado regulador e fiscalizador.

São inacreditáveis os argumentos levantados por aqueles que são contra a privatização. Vamos nos concentrar em dois dos mais bizarros. O primeiro é o de que a Eletrobrás pertence ao povo brasileiro e o segundo, de que é uma empresa estratégica e por isso tem de ser estatal.

A Lava Jato mostrou de forma muito clara que os verdadeiros proprietários da Eletrobrás sempre foram os políticos e os sindicatos que ao longo dos anos vêm se beneficiando da empresa para terem todos os tipos de privilégios em detrimento de toda a sociedade.

Cargos em estatais dão poder político, econômico, status e voto aos políticos. A questão dos empregos é tema constantemente levantado pelos sindicatos e outra falácia que precisa ser desmistificada.

Para tanto, basta olhar a efetividade da privatização em exemplos nacionais como o setor de telecomunicações e a Vale. Um dos benefícios comum a esses dois casos é o aumento do nível de empregos, fato que a Eletrobrás privada poderá vislumbrar com a retomada de investimentos.

A Vale, atualmente, emprega cerca de 110 mil profissionais no Brasil, nove vezes mais do que quando a empresa era estatal. As empresas do setor de telecomunicação, dez anos depois de privatizadas, geravam 352 mil postos de trabalho, um aumento de 189% sobre o verificado no período anterior.

Outro ponto é a questão dos fundos de pensão das estatais. Hoje, depois das barbeiragens cometidas nas gestões estatais desses fundos, os trabalhadores da ativa e os aposentados estão sendo descontados nos seus contra-cheques para salvar os fundos. Exemplo disso é o Fundo Petros dos funcionários da Petrobrás. Enquanto isso, o fundo da Vale privado paga dividendos e prêmios.

Ao povo brasileiro tem restado pagar a conta dessa ineficiência e corrupção por meio de impostos muito elevados, o que no final do dia se transforma em tarifas elétricas das mais altas do mundo.

O segundo argumento, de ser estratégico ter uma empresa estatal no setor de energia, mostra um total desconhecimento das mudanças tecnológicas mundo afora. Em plena revolução da digitalização, da geração distribuída por meio do gás natural e das fontes renováveis como a eólica e a solar, do avanço do carro elétrico, aqui ainda estamos no século passado reféns do debate de se a Eletrobrás deve ser estatal ou privada.

É incrível e ao mesmo tempo inacreditável no Brasil não se entender que o papel do Estado numa economia moderna é o de ser regulador e fiscalizador, e não investidor.

Não incentivar a eficiência e o avanço tecnológico num setor como o da energia elétrica é um crime contra as gerações futuras de brasileiros. Não podemos abrir mão dos capitais privados que estão interessados em investir no Brasil. Depois de anos o Brasil voltou ao mercado internacional. Todos acompanharam nas últimas semanas a disputa acirrada entre empresas brasileira, italiana e espanhola para comprar a Eletropaulo.

Diante desse cenário, é uma pena vermos formadores de opinião e analistas do setor se colocando contra a privatização com argumentos como: esse governo não tem legitimidade, estão entregando a empresa de graça, vai aumentar a tarifa ou sou a favor, mas o modelo não é o correto. Essa é uma conversa mais sutil, mas, no fundo, são argumentos mais sofisticados usados para adiar ou mesmo evitar a privatização e a modernização do País.

Toda essa discussão baseada no atraso, no populismo, na ideologia, no desrespeito aos números, no corporativismo me lembra uma frase do Paulo Francis de que o Brasil optou por ser pobre. Pobre Brasil.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRA ESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Mais leilão do pré-sal**

Mais um leilão de campos de petróleo do pré-sal pode sair este ano. Ontem, em reunião extraordinária, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) propôs a realização da 5ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal em 28 de setembro, às vésperas do primeiro turno das eleições. O presidente Michel Temer ainda precisa aprovar a proposta.

Conforme o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, serão ofertados os blocos Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, localizados nas bacias de Campos e Santos, dentro do polígono do pré-sal, área declarada estratégica. A Petrobras deverá manifestar, em até 30 dias, após a publicação da resolução no Diário Oficial da União, se tem interesse em atuar como operadora das áreas. Fica mantida a 4ª Rodada de Partilha de Produção, com leilão marcado para 7 de junho e oferta das áreas Itaimbezinho, Três Marias, Dois Irmãos e Uirapuru nas bacias de Campos e Santos.

De acordo com o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, a decisão ocorreu para acomodar as áreas que ficaram de fora da última rodada pelo regime de concessão por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). A Corte de contas considerou mais vantajoso para a União que áreas próximas ao polígono do pré-sal fossem leiloadas pelo modelo de partilha.

“A concessão paga royalties e participação especial. Na partilha há 15% de royalties, mas a participação foi substituída por quem oferece mais excedente de óleo no leilão”, explicou Pires.

MME / ASCOM .